



A JUSTIÇA SOCIAL DÁ TRABALHO
HOMILIA NA EUCHARISTIA DA PEREGRINAÇÃO AO SANTUÁRIO DO ALÍVIO
21 Setembro 2014 – Santuário do Alívio, Vila Verde – 11h

A parábola do proprietário da vinha é talvez um dos textos mais conhecidos da Sagrada Escritura mas, ao mesmo tempo, um dos que melhor resistiu à passagem do tempo e, por isso, continua a interpelar-nos visceralmente.

Um proprietário foi de manhã cedo até à praça para aí contratar trabalhadores para a sua vinha e ajustou um denário de salário. Repetiu esse gesto em diferentes momentos do dia e sempre com a mesma motivação «ide trabalhar para a minha vinha e dar-vos-ei o que for justo». Quando chegou o fim do dia, o proprietário pagou a cada homem um denário sem olhar ao número efectivo de horas de trabalho. Uma decisão que naturalmente agradou aos últimos e desagradou aos primeiros. Murmuraram! Reclamaram! O patrão parece não ter respeitado as normas mais elementares da justiça para quem «suportou o peso do dia e o calor».

O grande tema deste Evangelho é, por conseguinte, o tema da justiça humana, ou se preferirmos, da justiça social. Um tema por certo actual, principalmente num tempo onde para muitos «procurar emprego» parece uma utopia tão grande quanto o risco de perder o posto de trabalho que já se possui. Existe uma justiça humana que nós procuramos, aprofundamos e tentamos instaurar na nossa vida social, nas relações com os demais. Mas temos de nos questionar: o que significa justiça social? Dar a todos de igual modo? Não favorecer ninguém?

O versículo 10 do texto bíblico coloca o dedo na ferida: «quando vieram os primeiros, julgaram que iam receber mais, mas receberam também um denário cada um». Se repararmos, os trabalhadores da primeira hora não se lamentaram pelo que receberam mas porque lhes parecia que os outros eram favorecidos. Tiveram inveja que outros fossem tratados como eles. Tem razão o biblista Jacques Dupont quando refere que «o problema não é o dos direitos e deveres de um patrão, mas o da solidariedade que deveria unir os operários entre si», isto é, os favorecidos com os desfavorecidos, os privilegiados com os esquecidos sem olhar a rivalidades.

Aqui se encontra o ponto de viragem para um cristão que equaciona a justiça social numa perspectiva de fé. A expressão **fé vivida** – dimensão que queremos aprofundar este ano pastoral, procurando descortinar todos os seus conteúdos para testemunhar algo de diferente neste mundo incrédulo – diz-nos algo simples mas



essencial: a fé transforma a nossa vida quando percebemos que o cristianismo é também um evento de proximidade que nos faz encontrar com todos. De que modo? O papa Bento XVI explicava na sua carta encíclica *Caridade na Verdade* que «ama-se tanto mais eficazmente o próximo, quanto mais se trabalha em prol de um bem comum que dê resposta também às suas necessidades reais» (nr. 7). Todo o cristão, de acordo com a sua vocação, é chamado a este modo particular de caridade que empenha e compromete. Só descobrindo Cristo no próximo poderá nascer um mundo de igualdade humana.

Justiça social não é dar a todos a mesma coisa; não é tão pouco aplicar acriticamente um conjunto de medidas políticas. Isso seria, na verdade, profundamente injusto. Como bem recorda o Nobel da economia Amartya Sen no seu livro *A justiça social*: embora as pessoas sejam iguais perante a lei, as suas necessidades, desejos e esperanças não o são. As pessoas têm necessidades diferentes e requerem da nossa parte um tratamento personalizado. E esta relação sempre nova com as pessoas é o grande desafio do Evangelho.

Podemos agora entender melhor o Evangelho que escutámos. A riqueza do proprietário não está no idêntico salário que pagou aos seus trabalhadores, mas no acto de chamar cada um à hora certa e corresponder às expectativas, desejos e sonhos de cada um deles. Esta é a diferença entre uma economia baseada nos números e uma economia que acredita no potencial humano.

A Igreja, mais do que qualquer outra instituição, conhece de perto os dramas que afligem os cidadãos deste país: desemprego, pobreza e emigração. São dramas porque impedem que o potencial de cada pessoa se manifeste e seja colocado ao serviço do bem comum. Preocupa-me, em particular, o desemprego jovem que neste momento atinge a elevada taxa de mais de 35%. Os jovens são hoje os trabalhadores do fim do dia, aqueles que se sentam na praça à procura de emprego e, por mais formação especializada que tenham, ninguém os convoca para o trabalho. É necessário inverter esta situação. É necessário acreditar neles e dar-lhes espaço para que transformem o nosso país e desenvolvam todas as suas capacidades e talentos.

Esta proximidade da Igreja aos dramas humanos traz-nos uma responsabilidade acrescida na denúncia dessas situações mas também, e isto é essencial para o agir cristão, na proposta de resoluções concretas. Gostaria de pedir, de harmonia com os objectivos propostos para este ano pastoral que inicia, que se formassem grupos de



Acção Social, ou consolidassem os já existentes, em todas as paróquias da nossa arquidiocese. Grupos informais de proximidade, capazes de oferecer uma resposta adequada às necessidades concretas e reais das pessoas. Necessidades materiais, mas também psicológicas e espirituais. É, por conseguinte, um trabalho que requer o equilíbrio entre as obras e as palavras. A madre Teresa de Calcutá tem um pensamento que considero eloquente sobre o impacto das palavras. «Palavras amáveis – disse madre Teresa – podem ser breves e fáceis de falar, mas os seus ecos são verdadeiramente infinitos». Se assim o desejarmos, estou convicto que as vossas palavras e as vossas obras também poderão transformar o mundo.

Mas gostaria, ao mesmo tempo, que as paróquias fossem laboratórios criativos onde todos nós mas particularmente os jovens pudessem debater e ensaiar processos de transformação da sociedade. Temos referido constantemente que os jovens são o futuro da Igreja e da sociedade. Nem sempre este pensamento foi compreendido ou colocado em prático. Exorto, por isso, a que se criem espaços onde os jovens se sintam não só o futuro mas, desde já, o presente da Igreja e da sociedade.

Diante da *Senhora do Alívio*, assumamos a responsabilidade, pessoal e comunitária, de mostrar a força criativa da caridade. Os pobres e carenciados não nos são indiferentes. Sintamos o apelo do proprietário da vinha da humanidade que nos diz: vivei a fé e trabalhai por um mundo mais justo.

+ Jorge Ortiga, *Arcebispo Primaz*